

Eu ainda sou vivo. Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar

Rita Marquilhas

Universidade de Lisboa (Portugal)

Recibido o 30/06/2008. Aceptado o 10/10/2008

Eu ainda sou vivo: on the edition and linguistic analysis of letters by ordinary people

Resumo

A propósito do caso particular de uma carta do século XVII que um marinheiro que naufragou na Índia escreveu a sua mulher, argumenta-se neste artigo a favor do investimento na recolha e edição maciça de manuscritos antigos que testemunhem o discurso da gente comum. Tal documentação serve ao estudioso da mudança linguística para completar, em termos de tipologia textual, os dados que o discurso literário e institucional lhe oferece. Igualmente, é documentação que serve ao historiador da cultura para abordar a tática criadora e fracturante adoptada pela gente vulgar na sua vida quotidiana. Finalmente, o tratamento de tal documentação segundo técnicas filológicas permite reflectir sobre a vantagem de a crítica textual assumir alguma plasticidade perante diferentes textos, diferentes públicos e diferentes meios de edição. Ao longo do artigo apresenta-se também um projecto de investigação, o projecto CARDS, que cumpre o programa de abordar certos objectos textuais —cartas manuscritas portuguesas anteriores a 1900—editando-os electronicamente sob forma tão anotada que permita a construção de múltiplas hipóteses de compreensão do homem comum na sua relação com a cultura, o tempo e a linguagem. As cartas surgem de uma campanha de recolha junto de arquivos judiciais. São editadas em linguagem compatível com todos os tipos de processamento (mecânico e humano), são filologicamente preparadas para leitores com diferentes interesses, contextualizadas mediante recurso à documentação que as rodeia e anotadas por historiadores e linguistas.

Palabras chave

Cartas, séculos XVI-XIX, crítica textual, verbos auxiliares, verbos copulativos, predicados indeterminados, discurso e identidade, Inquisição, arquivos digitais

Sumario

1. Introdução. 2. A carta de Francisco Carvalho. 2.1 Estratégias de publicação da carta. 2.1.1 Edição. 2.1.2 Contextualização. 3. A carta como fonte linguística. 3.1 *Eu ainda sou vivo* (análise semântica). 3.2 *Meu irmão é morto* (análise sintáctica). 4. A carta como discurso de identidade. 4.1 Pressupostos teóricos e metodológicos. 4.1.1 Conceitos de cultura, enunciado, texto e discurso. 4.1.2 O método "arqueológico". 4.3 Identidade homogénea e identidade precária. 5. Apêndice.

Abstract

A 17th century private letter, written to his wife by a sailor who had escaped from a shipwreck in India, is taken here as a case-study. The idea is to build an argument for the archive search and massive edition of old manuscripts linked to the discourse of ordinary people. Such documentation is a useful tool for language historians since it belongs to a textual genre different from the literary and institutional data normally available for the study of language change. Cultural historians may likewise find the data useful for the study of creative and destructive tactics practised by ordinary people in everyday life. Finally, the philological treatment of such documentation allows one to ponder the capacity of textual criticism to deal with different texts, different readerships and different modes of publication. This paper also serves to present a research project: CARDS, *Cartas Desconhecidas - Unknown Letters*, which aims to offer both academic and lay audiences an electronic edition of Portuguese private letters written before 1900. The edition is also a tagged corpus, so that various hypotheses emerging from its reading can be tested, especially concerning the ways ordinary men and women relate to culture, historical time and language issues. The letters are extracted from paper files in court archives being screened in an ongoing project. The editing protocol followed is compatible with both human and machine processing, while philological analysis of the texts takes into account the expected interests of different target audiences. The documents are also contextualized within the micro-historical setting in which they were originally produced, and labelled with linguistic and historiographical keywords.

Keywords

Letters, 16th-19th centuries, textual criticism, auxiliary verbs, copular verbs, indeterminate predicates, discourse and identity, Inquisition, digital archives

Contents

1. Introduction. 2. Francisco Carvalho's letter. 2.1 Strategies in the letter's publication. 2.1.1 Edition. 2.1.2 Micro-historical context. 3. The letter as a linguistic source. 3.1 *Eu ainda sou vivo* 'I am still alive' (semantic analysis). 3.2 *Meu irmão é morto* 'My brother is dead' (syntactic analysis). 4. The letter as a discourse of identity. 4.1 Theoretical assumptions and method. 4.1.1 The concepts of culture, utterance, text and discourse. 4.1.2 The "archeological" method. 4.2 Homogeneous and precarious identities. 5. Appendix.

1. INTRODUÇÃO

A sobrevivência material de muitos manuscritos particulares datados do período de 1500 a 1900 constitui um facto pouco conhecido. Imagina-se que a quase totalidade dos papéis privados antigos, documentação de resistência frágil e natureza íntima, foi destruída por quem a escreveu, recebeu ou herdou, conservando-se apenas em casos excepcionais, como os de autores prestigiados. No entanto, alguns daqueles papéis foram instrumentais para as justiças da Inquisição e da Coroa, uma vez que lhes serviram para condenar ou absolver réus. Aí, os documentos acabaram por receber um tratamento arquivístico privilegiado, podendo ser localizados ainda hoje junto dos mandados, autos, procurações, petições e libelos que integram os cadernos deixados pelos tribunais. Procurando-os pacientemente, descobrem-se milhares.

O projecto de publicar precisamente alguns desses escritos (*CARDS*, *Cartas Desconhecidas*) nasceu da vontade de conhecer toda a sua envergadura de artefactos de linguagem produzidos na esfera privada. Para o efeito, formou-se uma equipa oriunda de várias disciplinas humanísticas que começa agora a trabalhar na sua abordagem filológica, linguística e histórico-cultural¹. Tratarei neste artigo de apresentar semelhante projecto.

O projecto pode ser definido, em primeiro lugar como uma colecção de fontes primárias, daquelas de que tradicionalmente se servem historiadores e linguistas. Lado a lado, mas em suporte digital, armazenam-se documentos que têm um rótulo comum: foram produzidos no âmbito da escrita privada. É, portanto, uma “colecção de cartas”, se bem que uma colecção relativamente inédita, uma vez que contém objectos escritos que as instituições judiciais de alguma forma interceptaram. Quer isto dizer que se distingue de colecções semelhantes encontráveis nos espólios de gente prestigiada, como são os de artistas, estadistas, ou famílias poderosas. Nessas colecções de *élite*, houve sempre a intervenção de um curador, socialmente próximo do autor ou do destinatário das cartas, que terá provavelmente destruído os documentos que lhes prejudicariam a imagem. Em contrapartida, na colecção *CARDS* temos uma figura de primeiro curador (o tribunal, da Inquisição ou da Coroa) que organizava documentação não pública, só destinada aos olhos dos agentes da instituição, além disso empenhada em provar comportamentos anti-religiosos ou anti-sociais dos seus réus. E hoje, ao se reunirem os documentos privados cuja destruição aqueles tribunais impediram, surgem os segundos curadores, os investigadores, já imunes a questões de protecção levantadas por uma troca de correspondência que decorreu há séculos.

Outra vantagem dos documentos privados reunidos pela colecção *CARDS* é a do amplo leque de categorias sociais a que pertenciam os participantes na escrita e leitura de cartas. Esta ausência de homogeneidade decorre de um outro aspecto: foram muitas as razões pelas quais os documentos em causa sobreviveram ao tempo. Ali estão cartas não lidas pelo seu destinatário, apreendidas logo à entrada ou à saída do cárcere ou da cadeia. Estão também cartas entregues, lidas inicialmente em privado, mas que algum delator ou procurador tornou públicas junto da justiça. Tanto umas como outras foram rés em si mesmas, condenadas em função das proposições que continham, ou então absolvidas, dado o seu inócuo texto. Mas guardaram-se sempre dentro dos processos. Guardaram-se finalmente, em casos mais raros, cartas que interessaram à justiça só pela contingência do seu percurso postal (o roubo de um estafeta de correio, por exemplo²). Está assim consideravelmente garantido o carácter aleatório desta amostragem textual, quer em termos da língua que contém, quer em termos das circunstâncias em que foi inicialmente produzida. É no entanto verdade que as referências aos sistemas

¹ Equipa actual: Rita Marquilhas (coordenação), Rosario Álvarez Blanco e Ana Maria Martins (peritagem linguística), José Vicente Serrão e Fátima Sá (peritagem historiográfica). Colaboradores: Cristina Albino (paleografia), Edward Vanhoutte e Ron Van den Branden (informática para a filologia). Boleseiras: Ana Guilherme, Leonor Tavares e Mariana Gomes.

² ANTT, Casa da Suplicação, Feitos Findos, Processos-Crime, Letra A, Maço 35, N° 4, Caixa 71 (1819, três cartas familiares mandadas de Santa Eulália de Besteiros, Tondela, para Benavente).

judicial e prisional estão aqui inflacionadas em relação ao que terá sido toda a “população” de cartas jamais escritas e lidas em Portugal entre o século XVI e o final do século XIX, mas essa é uma falha impossível de corrigir.

Além de se constituir como uma colecção de fontes primárias, o *CARDS* edita os respectivos textos de forma a veicular muitas legibilidades: a do homem e a da máquina; a do leigo, a do historiador, a do antropólogo, a do linguista. O efeito atinge-se incorrendo em excessos de vária ordem, que pretendem além disso criar um efeito de retorno entre a estratégia da edição e o surgimento de novos significados para os textos editados. O tratamento digital da informação, que passa pelo registo de dados textuais e extratextuais, pela digitação de diferentes transcrições, pela anotação, pela indexação e pela ancoragem externa destina-se a isso mesmo. Ficam assim legitimadas tanto as decifrações que foquem a essência dos textos e da sua língua, como as que pretendam contabilizá-los enquanto elementos de uma série, como ainda as que queiram narrativizá-los enquanto acontecimentos histórico-culturais.

Como estratégia para uma exposição mais detalhada do projecto dentro dos limites deste artigo, vou tomar como *pivot* uma das cartas do conjunto até agora tratado. Está arquivada dentro de um processo que a Inquisição do século XVII moveu a Sebastiana da Silva, mulher que vivia em Lisboa e vendia peixe, que casou duas vezes e que, em 1660, recebeu uma carta do primeiro marido anunciando-lhe da Índia que... *ainda era vivo*.

2. A CARTA DE FRANCISCO CARVALHO

Entre os milhares de papéis dos arquivos da Inquisição, instituição cujo poder vigorou em Portugal entre 1536 e 1822 e que estava mandatada pelo Papa para perseguir heresias e outros pecados, como a bigamia e a sodomia (Bethencourt 1992 / 1994), conservou-se uma carta familiar escrita a 20 de Dezembro de 1659. Está assinada por um homem, Francisco Carvalho, foi endereçada a sua mulher, e contém um texto parcialmente banal, um punhado de fórmulas de cortesia, aqui transcritas em ortografia contemporânea:

†

Jesus Maria José.

Por se oferecer esta ocasião, não quis deixar de fazer estas duas regras ...

...Assim, queira Deus que possuais a saúde que este vosso marido vos deseja em companhia de meus filhos, eu de saúde fico ...

...assim que lhe dareis muitos recados, e a nossa comadre, e a todos e a todos [sic] que por mim perguntarem ...

...Com isto não vos quero mais enfadar...

...Com isto o céu vos guarde, como este vosso marido vos deseja até morte, para amparo de meus filhos. Deste que muito vos quer, vosso marido ...

...Feita hoje 20 de Dezembro de mil e seiscentos e cinquenta e nove³.

Nos intervalos dos seus *clichés* epistolográficos, e contrastando com o respectivo formalismo, surge um texto livre que, como dado documental, pode ser utilizado em diferentes investigações históricas. Ali estará:

- uma fonte para a história portuguesa de além-mar (o autor refere o naufrágio de um galeão português, episódio da guerra luso-holandesa na Índia);
- uma fonte para a história do quotidiano no que diz respeito ao casamento e à epistolografia (um marinheiro manda à mulher uma carta de longe, da Índia);

³ ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 137, Fls. 23r-v

- uma fonte para a história da Inquisição (a Inquisição apreendeu a carta e construiu em torno dela uma investigação judicial sobre culpas de bigamia);
- uma fonte de gramática histórica, no sentido em que contém dados que permitem estimular a investigação sobre fenómenos sintácticos da história do português: a história dos verbos auxiliares, dos verbos copulativos e da recomplementação.

Uma maneira adicional de olhar para as cartas, que irei privilegiar neste artigo, é a de tomar poucos documentos e partir para uma análise discursiva do seu texto.

2.1. Estratégias de publicação da carta

Independentemente da perspectiva de interpretação, é preciso garantir, antes de tudo, que o investigador possa ter acesso aos dados textuais na forma mais crua possível, bem como à respectiva contextualização. Esta verificação subjaz às opções de publicação descritas nas secções que se seguem.

2.1.1. Edição

A Crítica Textual tem proposto que as reproduções mecânicas e as transliterações são as melhores soluções no estudo dos *testemunhos singulares*, i.e., manuscritos únicos, sem cópias conhecidas que com eles formem uma família ou *tradição textual*. Insistir em reproduzir duas vezes, em imagem e em transcrição fiel, as propriedades de um manuscrito, por singular que ele seja, sempre pareceu uma redundância do ponto de vista da edição em papel, razão pela qual os manuais de Crítica Textual até explicam quando se deve optar por uma ou outra solução (Roncaglia 1975). Com o advento das edições electrónicas, no entanto, a redundância deixou de se verificar, uma vez que é muito mais fácil criar mecanismos de pesquisa automática para ficheiros em escrita alfa-numérica do que para ficheiros de imagem. Inserir a imagem do manuscrito, além disso, deixou de ser um luxo do ponto de vista económico, e não há por que renunciar à divulgação de um património que muitos poderão consultar, se se deslocarem aos arquivos, mas de que só poucos usufruem devido às barreiras da vida prática.

No projecto CARDS procura-se, por conseguinte, apresentar a digitalização do manuscrito sempre que isso seja possível (edição facsimilada), ao lado de uma transcrição quase fiel do texto. Ganha-se ainda uma outra vantagem na perspectiva da edição, uma vez que a qualidade da decifração do original passa a ser mais controlada. Mortais como todos os outros, os paleógrafos incorrem em leituras equivocadas, por mais perfeccionistas que se anunciem, ou por mais respeitados que se tenham tornado no ambiente académico. Só um empreendimento de edição que ofereça simultaneamente a decifração do manuscrito e a imagem do original (como aliás sempre aconteceu nos manuais de paleografia) pode atingir uma considerável ausência de erros de leitura. Devido à interacção que a Internet permite, será ainda possível ir corrigindo as transcrições oferecidas, as quais ganham assim um desejável carácter participativo. Por outro lado, reduz-se à sua verdadeira dimensão a seriedade ridícula que muitas vezes se associa aos equívocos em que incorrem alguns editores de texto. Acontece frequentemente que edições feitas com todo o cuidado, que importaram anos em tarefas de decifração e revisão, acabam ostracizadas na praça filológica por causa de enganos em algumas das suas páginas.

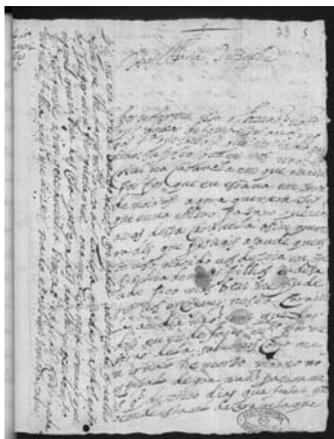
Como ficou dito, todos os manuscritos editados pelo projecto CARDS recebem uma transcrição de base muito próxima da transliteração, sendo que as anotações que a acompanham permitem a obtenção automática de edições semi-diplomáticas. Em acréscimo, e sempre que as grafias do manuscrito sejam radicalmente heterodoxas (inábeis), inclui-se uma edição interpretativa, a qual conserva a morfologia e a sintaxe dos originais, os regionalismos e arcaísmos lexicais, mas não a grafia. Sempre que possível, ainda, juntam-se traduções para outras línguas. Em apêndice a este artigo incluo algumas indicações sobre a técnica utilizada para que a base de dados apresente todas estas possibilidades de geração estilizada.

Na edição que aqui se apresenta, assinalam-se as mudanças de linha com barra oblíqua, normalizando-se apenas a separação de palavras e o uso de u/v e i/j. Os desenvolvimentos de abreviaturas aparecem dentro de parênteses curvos. Conservam-se todos os restantes elementos gráficos, excepto quando, em casos de lacuna ou de leitura duvidosa, se conjectura texto; aí, usam-se os parênteses rectos. Quanto ao texto adicionado pelo autor do manuscrito sobre a redacção de base, esse aparece assinalado com parênteses angulares < >. A negrito, e entre parênteses rectos, reúnem-se alguns elementos adicionais: indicação de mudança de fólio, de mudança na orientação espacial das linhas e de mudança no grau de convencionalismo do texto. A rasuras e os grafismos não alfabéticos imitam-se figurativamente:

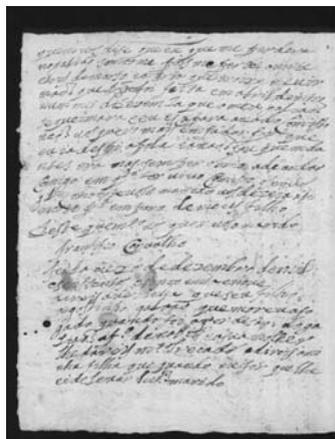
[fl. 23r] [saudação] †/ Jesus Maria Juzephe

[protocolo] por se oferesez esta oChazião não/ quis deixar de fazer estas duas reg/ras [texto livre] p(ar)a q(ue) saibais que eu indo sou/ vivo suposto que eu vos não hes/ Crivi na Caravela em que eu vim/ foi porque eu estava em tera/ de moiros agora querara De(o)s/ que eu va em <ou>tro pataxo que vai/ atras desta Caravela [protocolo] assim quere/ra de(o)s que pesuais a saude que es/te voso marido vos dezeja em Com/panhia de meus filhus eu de sa/ude fico [texto livre] mas ben me pude/ reis vos esCrever nesta Carave/la a india não tem que dar/ di si eu eiide fazer m(ui)to por me/ tirar dela sabereis Como me/u irmão he morto moreo no/ espital de goa não pasiou ma/is q(ue) dezoito dias qua falei Com/ o conde estavel da Caravela que [orientação vertical] porq(ue) era grande amigo de noso Compader antonio de Carvalho/ [escatocolo] assim que lhe dareis m(ui)tos recados e a nosa comader e a todos e a to/dos que por min perguntarem [texto livre] qua me dise meu irmão, que/ manoeel que ja hia esCola querera de(o)s darlhe insendim(en)to/ p(ar)a ser gente assim que a minha bemção e a de de(o)s [os] Cubra e da/ minha filha não me dizeis nada e tambem tomara saber [fl. 23v] quem vos dise que eu que me perdera/ no galião sam tome pois me perdi o vinte/ e tres de marso e a Carta que troixe meu ir/mão que De(o)s ten foi feita em abril demtor/ num mes dizerem la que o meu galião/ se quei-mara e eu esCapara a nado [escatocolo] Com isto/ não vos [quero] mais emfadar [texto livre] por-que/ eu ja despi a pela ja não sou quem da/ntes era mas semper o brio ade andar/ Comigo emqt(uant)o for vivo [escatocolo] Com isto o seo vos/ g(uar)De Como este voso marido vos dezeja ate/ morte p(ar)a a emparo de meus filho [fecho] Deste que m(ui)to vos quer voso marido/ fransisco Carvalho/ feita oje 20 de dezembro de mil/ e seissentos e sincoenta e nove [ps] direis a vezinha que seu filho/ agostinho galvão que moreu afo/gado quando foi a perdisão do ga/lião a f(ilh) de nabais e a sua mulher/ lhe dareis m(ui)tos recados e direis a mi/nha filha que quando eu for que lhe/ eide levar hü marido

O texto acima editado está contido nos dois primeiros fólhos de meia folha de papel dobra-da, cuja imagem aqui se reproduz abaixo:



Facsimile do fólio 23r



Facsimile do fólio 23v

2.1.2. Contextualização

A Inquisição de Lisboa tentou desmontar, entre 1660 e 1662, toda a dissimulação que pudesse ter havido no comportamento de Sebastiana da Silva, uma vez que a mulher casou segunda vez tendo o primeiro marido vivo. Instaurou-lhe um processo de bigamia onde inseriu as transcrições de inúmeros depoimentos. Eis a súmula do seu conteúdo informacional:

— Francisco Carvalho, filho de Agostinho Domingues, lavrador, e de Maria Brás, lavadeira, nascido em S. João da Cruz, Coimbra, casou em 19 de Setembro de 1652, na Santíssima Trindade, em Lisboa, com Sebastiana da Silva, de 32 anos, mulher que vendia peixe, natural de Cheleiros, filha de Bastião Alves e de Catarina Jorge. Tiveram dois filhos, Manuel e Maria.

Em Março de 1657, Francisco Carvalho, que servia de homem de pé a D. Francisco de Almeida, embarcou para a Índia “no pataxo de N^a Sr^a da Boa Memória com praça de artilheiro”. A mulher afirmou ter tido “novas” só quase dois anos depois, no Natal de 1658, “as quais lhe deu uma irmã de seu marido [não sabe o nome] casada com Bernardo Rodrigues que serve nas danças e nelas faz figura de Rei David dizendo que o dito seu marido era falecido e que morrera ferido de uma bala no galião S. Tomé [...] e com estas notícias se resolveu ela a casar segunda vez com Antonio Pereira homem de pé de Manual Correa de Lacerda [...]. Para efeito de contrair segundo matrimonio se fez apregoar por viúva”. O segundo casamento de Sebastiana da Silva foi a 29 de Setembro de 1659, na freguesia do Loreto em Lisboa.

A Inquisição interrogou vários marinheiros e soldados para confirmar que tinha mesmo corrido a notícia falsa da morte de Francisco Carvalho. Um deles, Manuel da Costa, disse que lhe tinham pedido que “jurasse que Francisco Carvalho era morto [...] que importava assim para sua mulher cobrar uma herança”, mas recusou-se a fazê-lo porque quando estava embarcado como artilheiro com Francisco Carvalho no galeão S. Tomé “vira lançar-se ao mar o dito Francisco Carvalho e ele declarante fora tomado prisioneiro dos holandeses”. Já João da Costa, soldado da Índia, disse que “se embarcaram ambos na barra de Goa no navio S. Tomé a pelejar com o Olandês que em efeito pelejou e no cabo se queimou e na peleja matarão ao dito Francisco Carvalho e ele testemunha o viu com as pernas quebradas e morto”. Outra testemunha: “... a pelejarem com o Olandês na barra de Goa onde o mesmo navio se queimou e deu-lhe huma bala nas pernas ao dito Francisco Carvalho de que faleceu e dentro no mesmo galeão se queimou e ele testemunha escapou a nado”.

A 20 de Dezembro de 1659 Francisco Carvalho escreveu uma carta à mulher referindo-se nela a certas notícias que o irmão (que entretanto morrera em Goa) lhe tinha trazido de Lisboa. A 21 de Agosto de 1660, segundo Sebastiana da Silva, a carta chegou-lhe às mãos; segundo uma testemunha, dizia-se que a primeira reacção da mulher fora de incredulidade: “ouvira dizer que punha ela dificuldades a ser esta carta de seu marido, e que alguém fingira a carta por lhe fazer pessa”. Já segundo Isabel Gonçalves, tecedeira, mulher do referido Bernardo Rodrigues, irmã de Francisco Carvalho, a cunhada “lhe mostrou uma carta da letra do dito seu irmão que bem conheceu”. Segundo a própria Sebastiana da Silva, “apartou-se do segundo marido [no próprio dia 21 de Agosto] porque naquele dia se lhe deu uma carta do dito seu primeiro marido pela qual lhe contou que ele he vivo [...]. Entregou-lha um moço, que lha dera um homem que ha pouco tempo chegou do Brasil, que ali lhe tinha dado outro homem que tinha chegado da India”.

Meses depois, em Dezembro de 1660, o próprio Francisco Carvalho fez uma denúncia à Inquisição, prestando testemunho na Ilha de Moçambique em como tinha acabado de saber que determinado grumete inventara em Lisboa a notícia de que ele tinha morrido no desastre do galeão e que isso tinha permitido que a mulher voltasse a casar. Segundo mais duas testemunhas, Francisco Carvalho, que afirmara na carta de 1659 estar a tentar voltar a Portugal, não chegou a sair da ilha de Moçambique porque aí teria morrido no início de Fevereiro de 1661⁴.

⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 137.

3. A CARTA COMO FONTE LINGUÍSTICA

Algumas construções sintáticas presentes na carta de Francisco Carvalho chamam a atenção do linguista por serem aparentemente arcaicas:

- (1) eu indo sou vivo
 (2) meu irmão he morto moreo no espital de goa.

Em (1) deparamos com o recurso ao verbo copulativo antigo *ser* (e não *estar*) junto de predicativo de estádio⁵. Em (2) surge o que tem sido insistentemente classificado como o eco tardio de um tempo composto medieval, construído com o auxiliar *ser*. Tentarei pôr em causa o estatuto arcaico de (1); seguidamente, proporei que (2) não é um exemplo de tempo composto.

3.1. *Eu ainda sou vivo* (análise semântica)

Em princípio, a distribuição de *ser* e *estar* em frases copulativas fixou-se em português em meados do século XVI: *ser* para predicados de indivíduo, e *estar* para predicados de estádio, segundo proposta de Rosa Virgínia Mattos e Silva⁶. Mas cem anos passados sobre aquela marca cronológica, Francisco Carvalho escolhia escrever *sou vivo* em lugar de *estou vivo* na sua carta à mulher, num contexto em que descrevia indubitavelmente uma situação de estádio:

- (3) ...não quis deixar de fazer estas duas regras p(ar)a q(ue) saibais que eu indo *sou vivo*...

Acresce que muitos falantes de português contemporâneo continuam a aceitar tanto a construção predicativa <*estar* + *vivo*> como <*ser* + *vivo*> quando *vivo* é um predicado de estádio. Vejam-se estes enunciados do século XX:

- (4) Se ele é *vivo*, ainda hoje diz que vai à igreja. Mas não deve de *ser vivo*⁷.
 (5) Seria bom que tudo isto fosse mentira, era sinal de que o meu filho ainda *estava vivo*, dissera então Gorete Correia ao Público⁸.

Pareceria então que a distribuição dos verbos copulativos *ser* e *estar* não ficou totalmente resolvida no século XVI porque sobreviveu até hoje. Mas essa é uma conclusão demasiado apressada porque há, efectivamente, outros enunciados do português contemporâneo em que ocorre o predicativo *vivo* e em que só se admite a cópula *estar*. Veja-se o exemplo (6), extraído de um diálogo sobre a actividade da pesca:

- (6) ... Que eles metem [as enguias] em viveiros e aquilo *está vivo* sempre. Aquilo vai para os viveiros⁹.

⁵ Para uma discussão da melhor nomenclatura a utilizar na designação da oposição entre predicados 'de estádio' e predicados 'de indivíduo', cf. Fernández Leborans (1999: 2366-2367).

⁶ A datação da autora (que prefere os termos predicados permanentes vs transitórios em vez de predicados de indivíduo vs de estádio) é taxativa: "A definição da oposição semântica em estruturas atributivas, permanentes ou transitórias, já está expressa em meados do século XVI por *ser* e *estar*, respectivamente" (Silva 2002: 115).

⁷ Informante de Porches, Algarve, Inquérito dialectal de 1987. Fonte: CORDIAL-SIN: *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*.

⁸ Notícia do Jornal Público (1994). Fonte: O Corpus do Português.

⁹ Informante de Vila Praia de Âncora, Inquérito dialectal de 1985. Fonte: CORDIAL-SIN: *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*.

A comparação entre os exemplos (4), (5) e (6) força o observador a virar-se para as propriedades semânticas do termo *vivo*. É um termo portador de ‘indeterminação’. Enquanto predicado de um nome, só determina que a entidade que esse nome denota pertence à classe dos seres animados, não determinando se se trata de uma entidade humana ou não humana (Gillon 2004: 180-183).

Ora precisamente porque se desenvolveu em português um sistema de auxiliares para distinguir propriedades de estádio e propriedades de indivíduo em construções copulativas, os falantes podem anular sintacticamente a indeterminação do predicativo *vivo*, mesmo que estejam sempre a descrever um estádio. E recorrem por sistema à construção <estar + vivo> associada aos nomes não humanos, variando depois a escolha sintáctica no caso dos predicados de nomes humanos. Aqui, e falando sempre da descrição de estádios, a relação binária, ou função, *ser humano vivo* tanto pode ser ‘vaga’ como ‘indeterminada’. Por um lado, associa ao domínio de todas entidades humanas um segundo domínio, que é o das entidades já nascidas e ainda não falecidas. Nisso, é determinada. Mas por outro lado, ficam não determinadas quais são as fases da vida referidas, sendo que têm duração forçosamente variável. Nem os semânticos ainda hoje sabem se há um critério infalível para distinguir ‘vagueza’ de ‘indeterminação’ (Weatherson 2006), portanto é natural que a competência semântica dos falantes os conduza a hesitações. Certos falantes usam sintacticamente uma das cópulas *ser/estar*, indicando com isso que detectaram um problema de indeterminação: falam, por exemplo, dos avós, que *ainda são vivos*, e dos moribundos, que *ainda estão vivos*. E há os falantes que consideram estarem perante um problema semanticamente opaco, apoiando-se então de forma sistemática no auxiliar *estar*, já que estão a descrever um estádio.

Resumindo: não é um uso arcaico do verbo copulativo *ser* que está patente na expressão do século XVII *eu indo sou vivo*. É um uso que perdura na época contemporânea por não ter mudado nenhuma destas coisas: nem a indeterminação do adjectivo *vivo*, nem a questão, filosoficamente problemática, de quão distintos ou indistintos são os conceitos de vagueza e indeterminação, sobretudo aplicados a funções como *ser humano vivo*.

3.2. *Meu irmão é morto* (análise sintáctica)

Na Idade Média havia em português a possibilidade de formar o pretérito perfeito composto de verbos inacusativos com o auxiliar *ser* (Mattos e Silva 1989, 1993, 2000, 2002). Em meados do século XVI, a construção já seria um arcaísmo: ao julgar construções de João de Barros como a isso era aly *uiindo / sendo ja passados oyto dias / outros ja eram idos / eram ja passados sete meses / e como o negocio* a que eram idos¹⁰, Rosa Virgínia Mattos e Silva interpretou-as como ecos tardios de tempos compostos tipicamente medievais (Mattos e Silva 2000). Seguiu nisso a opinião de Epiphânio da Silva Dias e de Manuel Said Ali, e não tem sido contrariada na sua proposta por autores que posteriormente pegaram no tópico (Ribeiro 2003, Duarte 2003).

Mais uma vez, a carta de Francisco Carvalho, sendo de 1659 e contendo a frase *meu irmão he morto*, parece possuidora de um registo arcaico da língua. No entanto, encontram-se registos idênticos em enunciados posteriores, tanto clássicos¹¹, como nossos contemporâneos¹². Para lidar com a persistência de expressões como estas na actualidade, os linguistas tendem a arrumá-las sob o rótulo de “anacronismos”. Inês Duarte, por exemplo, classifica os exemplos *Era chegada a ocasião tão esperada* e *Serão passados três anos antes que se reencontrem* como sendo possíveis hoje enquanto exemplos de tempos compostos de verbos inacusativos, mas com “sabor arcaizante” (Duarte 2003: 514).

¹⁰ Primeira Década da Ásia de João de Barros (1552).

¹¹ Exemplos de Said Ali (1931/1971: 159-160): *Quase dous annos eram corridos depois de aberto o Concilio; Melhor lhe fora a tal homem nunca ser nascido* (séc. XVII). Exemplo de Silva Dias (1918/1933: 250): *Neste tempo não era ainda nacido Elias* (séc. XVII).

¹² Exemplo de O Corpus do Português: *Mais atônito ainda, o capitão disse para si que era chegada a sua hora* (séc. XX).

No entanto, o contexto em que o autor da carta do século XVII usou o verbo *ser* ‘arcaico’ (*meu irmão he morto moreo no espital de goa*) sugere uma ponderação do assunto. Por quê as duas expressões, *he morto* e *moreo*? Será que em vez de dois verbos inacusativos, não estariam ali um adjectivo (*moreo*) e um verbo (*moreo*)? Será que o verbo *ser* (*he*) não era um verbo copulativo, em vez de auxiliar? Não seriam as duas expressões *eu indo sou vivo* e *meu irmão he morto* sintacticamente iguais para aquele autor?

Levantada a hipótese, é preciso sujeitar os exemplos nossos contemporâneos, com seus alegados tempos compostos de verbos inacusativos com o auxiliar *ser*, aos testes das frases copulativas¹³. E os testes mostram efectivamente que se trata de *ser* copulativo, e não de *ser* auxiliar. Por exemplo, é indiscutível a aceitabilidade de enunciados como: *O bisavô era falecido, e também o era o pai* (retoma anafórica do predicativo com o pronome o, típica do comportamento das copulativas), ao contrário de **O bisavô tinha falecido e também o tinha o pai*.

Ora se *é falecido, era nascido, era chegada*, etc. são hoje construções copulativas, e se a sua aparência é ao mesmo tempo tão ‘arcaica’, é possível que a passagem a copulativas se tenha dado muito cedo na história da língua, talvez mesmo durante a Idade Média? Mais uma vez, a observação do enunciado de Francisco Carvalho contém um indício valioso para permitir explorar esta hipótese. Nomeadamente, contém uma expressão locativa (*no espital de goa*) que só acompanha o verbo inacusativo (*moreo*), não acompanha a expressão *he morto*.

A diferença que tem sido assinalada na literatura generativista entre a estrutura de algumas frases inacusativas, as de existência e aparição, e a das frases copulativas tem precisamente a ver com o papel desempenhado pelos constituintes locativos. Ambas, inacusativas de existência e aparição (*nascer, morrer, existir, aparecer, passar*, etc.), por um lado, e copulativas, por outro, têm verbos que subcategorizam como argumento interno uma oração pequena¹⁴. Assim, os enunciados em (7a) e (7b), sintacticamente inacusativo o primeiro, copulativo o segundo, implicarão sempre o movimento esquematizado em (8):

(7) (a) O meu irmão nasceu em Lisboa.

(7) (b) O meu irmão é moreno.

(8) (a) O meu irmão_i [_{opeq} [_{o meu irmão}_i] em Lisboa]

(8) (b) O meu irmão_i [_{opeq} [_{o meu irmão}_i] moreno]]

Dentro daquelas orações pequenas, e no caso copulativo de (8b), o sujeito é o constituinte nominal *o meu irmão*, e o núcleo é o predicativo do sujeito *moreno*. Já na oração pequena seleccionada como argumento interno do verbo nas frases inacusativas de existência e aparição como (8a), o sujeito é também o constituinte nominal *o meu irmão*, mas o predicado, *em Lisboa*, é obrigatoriamente um constituinte locativo. O que acontece é que esse constituinte não surge obrigatoriamente na organização linear da frase, podendo ser elidido: *o meu irmão nasceu*.

Dada esta semelhança estrutural, é possível que a causa do desaparecimento do tempo composto com o auxiliar *ser* em português tenha sido a reanálise (Roberts 2007: 122) de frases inacusativas de existência e aparição com o constituinte locativo implícito. Como epifenómeno dessa reanálise (Roberts e Roussou 2003: 194ss.), deu-se a gramaticalização de *ser* auxiliar do tempo composto (auxiliar verbal) em *ser* copulativo (auxiliar funcional). Mas, como é típico dos processos de reanálise, as construções antigas, não reanalisadas, puderam perdurar na língua, razão pela qual ainda se encontram em autores do século XVII expressões como esta, tirada da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto: *aqy sou vindo*¹⁵. Trata-se, indubitavelmente, de uma inacusativa com tempo composto, dado o constituinte locativo da oração pequena que o verbo *vir* estava a seleccionar. Mas fora estes casos raros de constituinte locativo explícito, há que considerar seriamente a hipótese de todas as

¹³ Trata-se dos testes de substituição do predicado da oração pequena pelo demonstrativo o e de redobro do sujeito da oração pequena (Duarte 2003: 544-545).

¹⁴ Cf. história e esclarecimento do conceito em Ribeiro (2003: 356-361) e Duarte (2003: 538-548).

¹⁵ Fonte: *O Corpus do Português*.

outras (SUJ+SER+PTP de inacusativos de existência e aparição) serem construções copulativas, independentemente de surgirem em textos medievais, clássicos ou do nosso tempo.

A favor desta especulação, jogam vários factores:

- a frequência com que se alude à substituição de construções inacusativas por copulativas na literatura sobre mudança nas línguas românicas e indoeuropeias (Posner 1996, Pustet 2003)¹⁶;
- a semelhança com um outro processo de mudança, envolvendo o verbo *aver* de construções de posse “inerente” em português antigo (ex. *aver fee*), que na análise de Ilza Ribeiro era provavelmente um auxiliar funcional, i.e., um verbo copulativo, e não um auxiliar verbal (Ribeiro 2003: 359);
- a semelhança com a passagem de *se* passivo a *se* impessoal na história do português, também provocada pela elisão frequente de um constituinte sintáctico, o agente da passiva (Naro 1976);
- a aparente compatibilidade teórica entre os processos de reanálise já identificados pela investigação em linguística histórica e esta reanálise em particular¹⁷, se bem que seja necessário reflectir mais sobre a articulação deste processo de mudança com o que envolveu os verbos portugueses *ser*, *estar*, *ter* e *haver*¹⁸. Esse é, no entanto, um objectivo que ultrapassa a envergadura deste artigo.

4. A CARTA COMO DISCURSO DE IDENTIDADE

Dedica-se esta secção a uma abordagem da carta de Francisco Carvalho que a torne decifrável numa perspectiva pluridisciplinar. Isto implica que se esclareçam alguns instrumentos teóricos, oriundos da antropologia, da linguística textual e da análise do discurso.

4.1. Pressupostos teóricos e metodológicos

4.1.1. Conceitos de cultura, enunciado, texto e discurso

Parto de um conceito de cultura bastante abrangente, nos termos em que foi proposto pelo antropólogo Ward Goodenough, conceito esse que engloba os significados de *conhecimento*, *crença*, *comportamento* e *aceitabilidade social*:

A cultura de uma sociedade consiste em tudo o que é preciso sabermos, ou em que é preciso crermos, para que todos os membros da sociedade aceitem a nossa conduta, e isto em todos os diversos papéis que desempenhemos (Goodenough 1957/1964: 36).

¹⁶ Citando Rebecca Posner: É tentador ligar a criação dos dois verbos [copulativos *ser* e *estar*] nas línguas [românicas] ibéricas à perda do uso de *ser* como auxiliar perfectivo durante a época clássica [‘early modern period’], bem como ao uso reduzido das passivas de *ser* nessas línguas” (Posner 1996: 313). Citando Regina Pustet: “Pelo menos nas línguas indoeuropeias os participios constituem uma rica fonte diacrónica para lexemas que ‘copularizam’, os quais podem ser classificados semanticamente como adjectivos. As homónimias entre auxiliares que acompanham participios em posição de predicado e as cópulas, em princípio, facilitam o aparecimento destes neologismos. À medida que os participios gramaticalizam em adjectivos morfo-sintácticos, o auxiliar vai sendo gradualmente reanalisado como cópula. As formas do inglês ‘astonished’, ‘scared’ e ‘worried’, entre outras *estão de momento a sofrer a transição de participio para adjectivo*” (Pustet 2003: 158).

¹⁷ Andersen (1973), Lightfoot (1979), Harris e Campbell (1995), Roberts e Roussou (2003), Roberts (2007).

¹⁸ Para além das publicações já referidas de Rosa Virgínia Mattos e Silva, cf. Cardoso e Pereira (2003), Brocardo (2006) e, sobretudo, Ribeiro (2003).

Dada esta acepção de cultura, a interrogação mais directa, provisória, que se poderia formular sobre a carta de Francisco Carvalho seria a seguinte: Quais são as crenças, conhecimentos e comportamentos que este documento testemunha? Como era a cultura que o seu texto reflecte? Seria uma pergunta de senso comum, uma vez que se admite banalmente que nos textos aflorem culturas e que, interpretando o sentido dos textos, se pode ter uma razoável ideia de como era o mundo dos homens que assim escreviam. Mas esta expectativa inocente, que se pode designar de subjectiva por estar centrada nos sujeitos (Kaplan / Ross 1987: 3), tem sido sistematicamente desafiada por inúmeras modalidades de investigação, da histórica à literária, passando pela linguística, que desde a década de 1970 se têm concentrado no estudo dos textos dentro do respectivo enquadramento político, social e cultural.

Nessas abordagens, que comodamente se identificam com o rótulo de pós-modernas, tem-se enfatizado a vantagem de encarar os textos enquanto discursos, de forma a se poder instrumentalizá-los no estudo da relação entre linguagem e contexto, cumprindo assim o objectivo de melhor compreender as sociedades, suas culturas e suas mudanças. Como explica, por exemplo, Norman Fairclough, são programas de investigação que, como o seu, se baseiam no pressuposto de que

a língua é uma parte irredutível da vida social, dialecticamente intrincada em outros elementos sociais. [...] Focar a língua através de uma modalidade de análise do discurso, é uma forma produtiva de fazer análise social (Fairclough 2003: 2).

A introdução do termo *discurso*, obriga a precisões terminológicas adicionais. Obriga, sobretudo, à adopção da tricotomia *enunciado / texto / discurso*, muito útil nas abordagens linguísticas que se debruçam sobre as unidades superiores à frase. A distinção entre *enunciado*, *texto* e *discurso* permite estabelecer as fronteiras entre:

- i) o que é um objecto observável, empírico, irrepetível — o *enunciado*¹⁹;
- ii) o que é um objecto abstracto, construído, composicional, teorizável — o *texto* Adam (1995/2005: 15);
- iii) e o que é um objecto concreto, social e ideologicamente situado — o *discurso* Van Dijk (1997: 2).

Retornando à carta de Francisco Carvalho, o conjunto das expressões efectivamente escritas naquele dia 20 de Dezembro de 1659 constitui um *enunciado* do marinheiro, um resultado episódico do seu comportamento de falante. Em contrapartida, as propriedades que converteram o enunciado, aos olhos de quem o leu, num objecto verosímil, típico, informativo, sequencial e coerente, deram-lhe a unidade de um *texto*²⁰. Além disso, ecoaram no mesmo enunciado algumas técnicas epistolográficas tradicionais, ao mesmo tempo que com ele houve uma tentativa de alimentar a representação positiva do autor junto da destinatária; nesse sentido, a carta converteu-se em *discurso*.

Precisando os contornos do termo *discurso*, vou aqui utilizá-lo no sentido de *uso da linguagem, socialmente situado, interactivo, e em que se comuniquem crenças* (Van Dijk 1997: 2). É uma das acepções mais consensuais na perspectiva da análise do discurso, disciplina que, apesar da imensa variabilidade que contém, pressupõe sempre que os discursos *não são* o espelho do que se passa na sociedade, mas *são* uma parte integrante da construção dessa mesma sociedade, das crenças e conhecimentos que nela se partilham, dos comportamentos que nela se aceitam e se impõem:

¹⁹ Costuma atribuir-se a Zellig Harris a definição original de enunciado ou “utterance”: “qualquer dimensão de fala antes e depois da qual há silêncio por parte do sujeito” (Harris 1951: 14). Na formulação de Harris apenas eram referidos eventos orais, como se vê, mas tornou-se comum chamar também enunciados aos eventos escritos (Lyons 1977: 26).

²⁰ Refiro-me às propriedades da aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade e conectividade sequencial e conceptual que Beaugrande assinala na caracterização da textualidade (Beaugrande 1980: 19-20).

A análise do discurso é um conjunto de perspectivas sobre o uso situado da linguagem dentro de uma orientação teórica genericamente partilhada, e seguindo métodos de abordagem também genericamente partilhados. Apesar de poder tomar muitas formas, aquelas análises do discurso que enfatizam ser este um fenómeno social, cultural e político têm em comum a teoria de que o discurso não é meramente um reflexo da sociedade, da cultura e do poder, mas uma fonte que constantemente os alimenta. Por outras palavras, para muitos analistas do discurso, o mundo social é produzido e reproduzido em grande parte através do discurso (Bucholtz 2003: 45).

Adoptando então uma perspectiva dos textos enquanto discursos que participam do processo de construção da respectiva cultura, deverá ser substituída a pergunta formulada acima, i.e., *como era a cultura reflectida na carta?* por esta outra: *por que meios a carta se constituiu em discurso?*

4.1.2. O método “arqueológico”

Para responder à pergunta acima formulada, será necessário adoptar um método de investigação que invista sobretudo no cruzamento de textos, apostado na relação entre a carta sob análise e a situação interactiva que ela integrou, bem como na detecção de contrastes entre o seu e outros discursos que tenham desenvolvido os mesmos tópicos.

A este método chamou Michel Foucault uma *arqueologia do saber*: consiste em pegar em cada enunciado do passado e ver nele uma *irrupção*, uma *emergência*, um *evento*:

... o que tentamos pôr diante dos olhos é essa incisão que [o enunciado] constitui, essa irreductível—e muitas vezes minúscula—emergência. Por banal que seja, por pouco importante que o imaginemos nas suas consequências, por mais rapidamente esquecido que possa ser depois do seu aparecimento, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar por inteiro. [...] [Ele] abre a si próprio uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros, e de não importa que forma de registo; [...] é único, como todo o acontecimento, ao mesmo tempo que se oferece à repetição e à transformação, à reactivação; enfim, [...] está ligado não só a situações que o provocam, e a consequências que incita, mas ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade completamente diferente, a enunciados que o precedem e que o seguem (Foucault 1969/2005: 57).

A língua da carta de Francisco Carvalho, portanto, é apenas uma parte do evento que o documento protagonizou. De entre todos os trilhos de investigação que podiam ser seguidos na interpretação de outras facetas desse evento, vou concentrar-me num processo cultural específico: o da *identidade*, construída na carta à custa do jogo das suas sequências textuais. Adicionalmente, contrastarei as proposições e a retórica deste texto com as de outros textos, tipologicamente diferentes, mas abordando os mesmos tópicos. Ou seja, vou tentar cruzar os resultados que a investigação em linguística textual tem alcançado, nomeadamente no que diz respeito aos protótipos textuais (Adam 1992/2005), e o trabalho sobre a identificação e a identidade, que tanto tem atraído o interesse dos antropólogos.

4.2. Identidade homogénea e identidade precária

Os galeões, naus e patachos holandeses e portugueses disputavam no século XVII a supremacia europeia na Ásia, processo que já foi sintetizado como tendo constituído, na história mundial, uma primeira forma de globalização: o historiador Charles Boxer chamou-lhe precisamente *o primeiro conflito global* (Boxer 1969/2001).

O galeão São Tomé, a cuja tripulação pertencia Francisco Carvalho, ardeu durante o bloqueio que os navios holandeses montaram na barra de Goa nos primeiros meses de 1658. Foi um bloqueio que na memória cronística nacional recebeu quatro tipos de avaliação: i) a de uma derrota portuguesa face aos holandeses; ii) a de um exemplo de como diferiam as estratégias e as tácticas bélicas das duas potências; iii) a de um massacre mútuo; iv) a da consagração de um herói, o capitão-mor Luís de Mendonça Furtado de Albuquerque. Veja-se um relato

recente, de natureza cronística, incluído nas *Batalhas e combates da marinha portuguesa*, que culmina precisamente nessas avaliações:

Os combates que acabamos de descrever e que ocorreram ao largo da barra de Goa entre 20 de Janeiro e 28 de Março de 1658 constituem, no seu conjunto, a última grande batalha que Portugueses e Holandeses travaram no mar. Nela perdemos um galeão e tivemos cerca de cem mortos e de duzentos feridos. Os Holandeses não perderam nenhum navio mas tiveram, tal como nós, um elevado número de mortos e feridos.

Nas suas linhas gerais, os referidos combates desenrolaram-se sensivelmente nos mesmos moldes de tantos outros que haviam sido anteriormente travados. Dispondo de navios mais lentos e piores de bolina que os dos Holandeses, nunca foi possível aos Portugueses infligir-lhes uma derrota decisiva por intermédio de um combate à abordagem. Por seu turno, os Holandeses também não foram capazes de alcançar uma vitória conclusiva devido à pouca eficácia da artilharia da época. De qualquer forma, a vitória, sob o ponto de vista estratégico, pertenceu-lhes indiscutivelmente, uma vez que conseguiram impedir a saída da nau de torna-viagem, que era um dos principais objectivos do bloqueio de Goa.

Um aspecto que nos parece ser de salientar em relação aos combates da barra de Goa de 1658 é a forma como actuou Furtado de Albuquerque que, ao contrário do que tinham feito os seus antecessores no comando da armada de alto bordo, não se limitou a vituperar o inimigo por fugir sistematicamente ao combate à abordagem, mas antes procurou, por meio de bem concebidas manobras táticas, criar as condições para que tal tipo de combate fosse possível. O facto de não o ter conseguido não lhe tira o mérito. A nosso ver, Luís Mendonça Furtado de Albuquerque terá sido um dos mais notáveis chefes de mar que os Portugueses tiveram durante o período das lutas contra os Ingleses e contra os Holandeses [fim de capítulo] (Monteiro 1995: 387).

O paralelismo que gostaria de salientar entre este relato do bloqueio de Goa e a carta de Francisco Carvalho consiste no facto de ambos os textos, do ponto de vista da sua tipologia textual, se organizarem em sequências prototípicas (narrativas e argumentativas; Adam 1995/2005) que culminam numa avaliação dogmática. Impõem o dogma de um herói, num caso, o *notável* chefe da armada Luís Mendonça Furtado de Albuquerque, no outro, o *brioso* chefe de família Francisco Carvalho. Este último, imediatamente antes de se assinar na carta à mulher, e de acrescentar um *post scriptum*, argumentou e despediu-se assim:

Com isto não vos [quero] mais enfadar, porque eu já despi a pela, já não sou quem dantes era, mas sempre o brio há-de andar comigo enquanto for vivo. Com isto o céu vos guarde como este vosso marido vos deseja até morte para emparo de meus filho. Deste que muito vos quer, vosso marido... (transcrição normalizada)

Naquele primeiro texto, o da crónica das *Batalhas e combates da marinha portuguesa*, a avaliação provisória, derrotista, do combate ganho pelos holandeses é abandonada pelo autor em benefício de uma avaliação triunfalista: dá-se unidade ao capítulo com uma nota final sobre um herói, o qual dignificaria, por analogia, a própria marinha portuguesa. Tática textual semelhante tinha sido seguida, 300 anos antes, por Francisco Carvalho, o qual relatava, no seu diálogo *in absentia* com a mulher, ter fugido a nado do galeão em chamas no mesmo bloqueio de Goa, ter estado em terra de mouros, ter descoberto que a *Índia não tem que dar*, ter esperado em vão carta da mulher na última caravela (*mas bem [me] pudéreis vós escrever nesta caravela*), enfim, ter sofrido muito (*já despi a pela, já não sou quem dantes era*). Contudo, e também ao arrepio do resultado disfórico para onde apontava a coerência local que se vinha construindo ao longo da carta Van Dijk 1997: 6-13, surge a reivindicação de atributos heroizantes para o autor, atributos adiantados como imutáveis: *sempre o brio há-de andar comigo enquanto for vivo*.

Contra esta ilusão, muito comum, de que temos uma só identidade e de que pertencemos a grupos com identidade homogénea e historicamente fundada, a investigação antropológica tem investido numa hipótese radicalmente oposta, i.e., a hipótese *construtivista*, princi-

palmente beneficiária dos trabalhos de Peter Berger e Thomas Luckman (1967) e Stuart Hall (1996). No volume que organizaram sobre “O Eu e a Identidade na Narrativa e no Discurso”, Michael Bamberg *et al.* sumariaram deste modo a geral aceitabilidade dos pressupostos construtivistas na compreensão do processo cultural da identidade:

Talvez a perspectiva mais geral, a que hoje nos fornece a base do pensamento sobre a identidade, seja a do *construtivismo social*, segundo a qual a identidade não é nem um dado, nem um produto, mas sim um processo que: i) ocorre em contextos interaccionais concretos e específicos; ii) gera constelações de identidades em vez de constructos individuais e monolíticos; iii) não emana simplesmente do indivíduo, mas resulta de processos de negociação e textualização eminentemente sociais e, iv) obriga a um trabalho discursivo (Bamberg / De Fina / Schiffrin 2007: 2)

Na óptica construtivista, portanto, o problema da identificação é um processo sempre renovado, incompleto, que se desenvolve através da diferença e que desencadeia investimento dos indivíduos e das instituições no respectivo discurso (Hall 1996: 3).

Nos textos aqui analisados, como se viu, o trabalho discursivo dos autores que se referiam ao bloqueio de Goa passou por um investimento no conteúdo das proposições finais: a carta fechava com a imposição dogmática da essência briosa de um homem (o marido), e o capítulo da crónica fechava com a alusão ao mérito de uma corporação (a marinha portuguesa).

Mude-se contudo de *corpus* textual. Faça-se o exercício de passar da cronística e da epistolografia para a literatura: primeiro, para uma farsa do século XVI, o *Auto da Índia*, onde Gil Vicente encenou a personagem de Costança, uma mulher casada com um marinheiro ausente em Calecut. Depois, para a tragédia oitocentista de Almeida Garrett, o *Frei Luís de Sousa*, onde se promove um reencontro insólito: a personagem de Dona Madalena, mulher casada em segundas núpcias, recebe a visita inesperada do primeiro marido, D. João de Portugal, afinal sobrevivente da Batalha de Alcácer Quibir de 1578, vítima de anos de cativo e regressado de uma peregrinação à Palestina.

No *Auto da Índia* do séc. XVI, Costança está durante dois anos sozinha em Lisboa depois de o marido ter partido para Calecut. Vai sendo cortejada por sucessivos pretendentes mas, de repente, toda a excitação se evapora pois o marido regressa. Para exprimir o sentimento de rejeição da mulher, o autor põe a sua personagem a atribuir ao marido uma nova raça, não-europeia, adquirida na Índia:

Jesu quam negro e tostado
nam vos quero nam vos quero
(Ed. Mateus 1988:19).

O auto termina com Costança muito *enfadada* com a sua sorte.

Por sua vez, na tragédia *Frei Luís de Sousa*, a personagem do marido ausente (o Romeiro), ciente de que a mulher se tinha recomposto do anúncio antigo da sua morte, exprime a auto-comiseração na conhecidíssima réplica *Ninguém*, devidamente encenada como conclusão do segundo acto:

JORGE—Romeiro, romeiro, quem és tu?
ROMEIRO—Ninguém!
(*Frei Jorge cai prostrado no chão, com os braços estendidos diante da tribuna. O pano desce lentamente*) (Garrett 1844/1970: 62)

Mais adiante, a mesma expressão *ninguém* surge retrabalhada à custa de uma explicação onde se expõe o respectivo sentido diferencial (terceiro acto, perante Telmo, o antigo criado):

TELMO—Esta voz... esta voz! Romeiro, quem és tu?
ROMEIRO (*tirando o chapéu e alevantando o cabelo dos olhos*)—Ninguém, Telmo; ninguém se nem já tu me conheces!

Qual o sentido de todos estes cruzamentos textuais? O objectivo é o de salientar que, enquanto dramaturgos, Gil Vicente e Almeida Garrett eram também, forçosamente, analistas sociais e pensadores da condição humana. Teatralizaram duas comunidades que tinham emergido de fenómenos de contacto entre povos: o contacto inter-racial que se fazia sentir na Lisboa quinhentista de Vicente, e o contacto bélico que pairava sobre o Portugal derrotado em Alcácer Quibir e dramatizado por Garrett. Os textos que construíram no *Auto da Índia* e no *Frei Luís de Sousa* veiculam um conceito de identidade totalmente oposto ao daquela identidade homogénea que se lia no final da carta de Francisco Carvalho e no final capítulo de Saturnino Monteiro sobre o Cerco de Goa. As intuições psico-antropológicas de Vicente e Garrett conduziram-nos à mesma hipótese construtivista que tem hoje larga aceitação nos estudos da identidade: a hipótese de que são precárias as identidades dos indivíduos, além de construídas a partir do exterior. Mais: a contingência dos contactos de povos, o inter-racial e o bélico, foram determinantes para os dois dramaturgos contextualizarem os problemas de identificação das suas personagens. Com isso, detectaram um beco político, que é o mesmo onde se encontra actualmente a teorização da *identidade*:

A questão e a teorização da identidade é [sem sombra de dúvida] uma matéria de considerável significação política, e só se pode avançar nela quando a necessidade e a 'impossibilidade' das identidades, bem como a sutura do psíquico e do discursivo na sua constituição, forem reconhecidos de forma completa e sem ambiguidades. (Hall 1996: 29).

5. APÊNDICE - SÚMULA DO MANUAL CARDS

Como foi atrás referido, as cartas privadas manuscritas cujo texto é disponibilizado pelo projecto CARDS (*Cartas Desconhecidas*) constituem um arquivo electrónico preparado para ser pesquisado on-line por diferentes tipos de público. Esta perspectiva de utilização implica uma série de opções técnicas:

- a) opção por uma linguagem, na edição das cartas, que não levante problemas de processamento electrónico — escolheu-se a linguagem XML (Extensible Markup Language) por permitir combinar símbolos básicos com marcação hierarquizada dos dados, tanto textuais como extra-textuais; os ficheiros XML são legíveis, sem perda de informação, por todos os processadores de texto, o que facilita a sua conversão para formatos diferentes do original;
- b) opção por um sistema de anotação que garanta a integração em arquivos electrónicos da mesma natureza, já constituídos entretanto noutros países — adoptou-se a convenção internacional TEI (*Text Encoding Initiative*) por ser um amplo e amadurecido empreendimento na edição virtual de textos filologicamente tratados. De todos os projectos TEI, destaca-se o DALF (*Digital Archive of Letters in Flanders*), inteiramente dedicado à edição epistolográfica. Por conseguinte, as definições para documentos XML adoptadas pelo projecto CARDS são as propostas pelo Digital Archive of Letters in Flanders (DALF.dtd);
- c) opção por um formato de edição que satisfaça muitos diferentes parâmetros de pesquisa: dos filológicos aos gramaticais, dos demográficos aos culturais: estabeleceu-se uma indexação histórico-linguística o mais elaborada possível, convocando especialistas da linguística e da história para a atribuição de parâmetros de busca.

Os ficheiros CARDS são de três tipos: i) de texto, ii) de imagem e iii) de dados:

- i) os ficheiros de texto contêm as edições (por vezes também traduções) das cartas manuscritas; cada ficheiro contém apenas o texto de uma carta e identifica-se com o acrónimo do projecto, seguido de um número de ordem: CARDS0001.xml, CARDS00002.xml, etc;

ii) os ficheiros de imagem contêm, digitalizado, o facsimile das cartas editadas (um ficheiro para cada página, incluindo a do sobrescrito); são ficheiros JPEG, exteriores ao ficheiro de edição de cada carta, mas nele ancorados através de uma referência externa. Têm o mesmo nome da carta a que respeitam, seguido de um número de ordem. Ex: se o manuscrito da carta editada em CARDS0001.xml tiver três páginas, correspondem-lhe três ficheiros de imagem, i.e., CARDS0001_1.JPG, CARDS0001_2.JPG e CARDS0001_3.JPG;

iii) a base de dados é de tipo biográfico e recebe o nome CDD.xml, i.e., CARDS Demographic Database. Contém a identificação individual e social de cada autor e de cada destinatário das cartas editadas pelo projecto. Para todos os indivíduos há um registo biográfico, encabeçado por um acrónimo seguido de número de ordem. Por muitas cartas que um mesmo indivíduo tenha escrito, só lhe corresponde um registo nesta base. Ex: Agostinho Pires recebe a identificação API, mesmo que tenha escrito três cartas a Inês Bárbara Santana Xavier de Pontes, por sua vez, IBSXP1. Já André Pereira, será AP2, Ana da Paz, AP3, etc. Esta identificação funciona como chave, dentro do ficheiro de edição de cada carta, para as referências aos indivíduos em causa, quer como autores, quer como destinatários. A base de dados está também identificada na edição de cada carta através de uma referência externa junto do nome do autor e junto do nome do destinatário.

Quanto ao conteúdo de cada ficheiro, ele obedece à seguinte estrutura:

As duas linhas que inaugurais, como acontece com este género de ficheiro, são instruções para o seu processamento mecânico,

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<?xml-stylesheet type="text/xsl" href="CARDS1.xsl"?>
<!DOCTYPE TEI.2 PUBLIC "-//CTB//DTD Dalf 1.0 (based on TEI)//NL" "DALF.dtd" []>
```

Abaixo das três linhas iniciais estão informações extra-textuais sobre cada sucessiva carta, bem como sobre a edição electrónica. Todos esses dados, os da edição e os extratextuais, organizam-se numa estrutura com a mesma hierarquia dos projectos TEI, i.e., um elemento raiz, <TEI.2>, que se ramifica em dois elementos filhos: <teiHeader>, com o extra-texto, e <text>, com o texto da carta. A aplicação de tal estrutura à edição da carta que aqui foi analisada conduz ao seguinte resultado:

```

<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<?xml-stylesheet type="text/xsl" href="CARDS1.xsl"?>
<!DOCTYPE TEI.2 PUBLIC "-//CTB//DTD DalF 1.0 (based on TEI)//NL"
"DALF.dtd" []>
<TEI.2>
<teiHeader>
<fileDesc>
<titleStmt>
<title>1659. Carta de Francisco Carvalho homem do mar para sua mulher Sebastiana da Silva, mulher que
vendia peixe. Índia. CARDS1005</title>
<sponsor>CLUL, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa</sponsor>
<funder>FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia PTDC/LIN/64472/2006-
Linguística</funder>
<respStmt>
<resp n="project"><name id="CARDS">CARDS, Cartas Desconhecidas</name></resp>
</respStmt><!-- INCLUI MUITO MAIS INFORMAÇÃO ETIQUETADA SOBRE O FICHEIRO ELECTRÓNICO,
SOBRE O DOCUMENTO ORIGINAL E SOBRE O TEXTO QUE ELE CONTEM-->
<text id="CARDS1005">
<envelope><!-- INCLUI INFORMAÇÃO ETIQUETADA SOBRE O TEXTO DO ENVELOPE--></envelope>
<body><pb n="23r"/>
<opener>
<salute><deco decoRef="fig1"/>Jesus Maria Juzephe</salute>
</opener>
<p><seg type="formulaicText" n="harengue">por se ofereres esta oC<del hand="FC2">h</del>azião
não</lb/> quis deixar de fazer estas duas reg</lb/>ras</seg> <abbr>pa</abbr> <abbr>q</abbr><abbr>saibais
que eu indo sou</lb/> vivo suposto que eu vos não hes</lb/>Crivi na Caravela em que eu vim</lb/> foi
porque eu estava em tera</lb/> de moiros agora querara <abbr>Des</abbr></lb/> que eu va em <add
hand="FC2" place="supralinear">ou</add>tro pataxo que vai</lb/> atras desta Caravela assim quere</lb/>ra
<abbr>des</abbr> que pesuais a saude que es</lb/>te voso marido vos dezeja em Com</lb/>panhia de
meus filhos eu de sa</lb/>ude fico mas ben me pude</lb/>reis vos escrever nesta Carave</lb/>la a india
não tem que dar</lb/> <unclear>di si</unclear> eu <unclear>eude</unclear> fazer <abbr>mto</abbr>
por me</lb/> tirar dela sabereis Como me</lb/>u irmão he morto moreo no</lb/> espital de goa não pasiou
ma</lb/>is <abbr>q</abbr> dezoito dias qua falei Com</lb/>o conde estavel da Caravela que</lb/> <seg
type="verticalText"><abbr>porq</abbr> era grande amigo de noso Compader antonio de Carvalho</lb/>
asim que lhe dareis<abbr>mtos</abbr> recados e a nosa comader e a todos e a to</lb/>dos que por min
perguntarem qua me dise meu irmão, que</lb/> manoel que ja hia esCola querera <abbr>des</abbr>
darlhe<abbr>insendimto</abbr></lb/><abbr>pa</abbr> ser gente asim que a minha bemsão e a de
<abbr>des</abbr> <supplied resp="RM" reason="damage">os</supplied> Cubra e da</lb/> minha filha não
me dizeis nada e tambem tomara saber</lb/></seg> <pb n="23v"/>quem vos dise que eu que me perdera</lb/>
no galião sam tome pois me perdi o vinte</lb/> e tres de marso e a Carta que troixe meu ir</lb/>mão que
<abbr>Des</abbr> ten foi feita em abril demtor</lb/> num mes dizerem la que o meu galião</lb/> se quei-
mara e eu esCapara a nado <seg type="formulaicText" n="peroration">Com isto</lb/> não vos <supplied
resp="RM" reason="damage">quero</supplied> mais emfadar</seg> porque</lb/> eu ja despi a pela ja não
sou quem da</lb/>ntes era mas sempre o brio ade andar</lb/> Comigo <abbr>emqto</abbr> for vivo <seg
type="formulaicText" n="peroration">Com isto o seo vos</lb/> <abbr>qDe</abbr> Como este voso marido
vos dezeja ate</lb/> morte <abbr>pa</abbr> emparo de meus filho</lb/></seg></p>
<closer>
<salute>Deste que <abbr>mto</abbr> vos quer voso marido</salute>
<signed>fransisco Carvalho</signed>
<dateline>feita oje 20 de dezembro de mil</dateline>
<dateline>e seissentos e sincoenta e nove</dateline>
</closer>
<ps><p>direis a vezinha que seu filho</lb/> agostinho galvão que moreu afo</lb/>gado quando foi a
perdisão do ga</lb/>lião a <abbr>fo</abbr> de nabais e a sua mulher</lb/> lhe dareis
<abbr>mtos</abbr>
recados e direis a mi</lb/>nha filha que quando eu for que lhe</lb/> eide levar hū
marido</lb/></p></ps>
</body>
</text>
</TEI.2>

```

Edição XML

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, Jean-Michel (1992/2005): *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan.
- Andersen, Henning (1973): "Abductive and Deductive Change", *Language* 49, 765-93.
- Bamberg, Michael / Anna De Fina / Deborah Schiffrin (2007): *Selves and Identities in Narrative and Discourse*. Amesterdão: John Benjamins Publishing Company.
- Beaugrande, Robert de (1980): *Text, Discourse and Process: toward a multidisciplinary science of texts*. Norwood, N.J.: Ablex.
- Berger, Peter L. / Thomas Luckmann (1967): *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. New York: Random House.
- Bethencourt, Francisco (1992/1994): *História das Inquições. Portugal, Espanha, Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Boxer, Charles (1969/2001): "A luta global com os holandeses (1600-1663), *O Império marítimo português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70.
- Brocardo, Teresa (2006): "Haver e ter em português medieval. Dados de textos dos séculos XIV e XV", *Revue de Linguistique Romane* 70, 95-122.
- Bucholtz, Mary (2003): "Theories of discourse as theories of gender: discourse analysis in language and gender studies", in Janet Holmes / Miriam Meyerhoff (eds.), *The Handbook of Language and Gender*. Malden, MA/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing, 43-68.
- Cardoso, Adriana / Susana Pereira (2003): "Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em Português", *Revista da ABRALIN - Associação Brasileira de Linguística* 2 (2), 159-181.
- CARDS: *Cartas Desconhecidas* (<http://www.salavisa.net/cards/index.php>).
- CORDIAL-SIN: *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. (http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto_cordialsin.php).
- Corpus do Português (O)* (<http://www.corpusdoportugues.org/>).
- DALF: *Digital Archive of Letters in Flanders* (<http://www.kantl.be/ctb/project/dalf/>).
- Duarte, Inês (2003): "A família das construções inacusativas", in Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 507-548.
- Fairclough, Norman (2003): *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Londres: Routledge.
- Fernández Leborans, María Jesús (1999): "La predicción: las oraciones copulativas", in Ignacio Bosque / Violeta Demonte (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, vol. 2. Madrid: Espasa Calpe, 2357-2460.
- Foucault, Michel (1969/2005): *A arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.
- Garrett, Almeida (1844/1970): *Frei Luís de Sousa*. Porto: Porto Editora.
- Goodenough, Ward (1957/1964): "Cultural anthropology and linguistics", in Dell Hymes (ed.), *Language in Culture and Society: a Reader in linguistics and Anthropology*. New York: Harper and Row, 36-39.
- Gillon, Brendan S. (2004): "Ambiguity, indeterminacy, deixis and vagueness", in Steven Davis e Brendan S. Gillon (eds.), *Semantics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 157-187.
- Hall, Stuart (1996): "Who needs 'identity'?", in Stuart Hall / Paul Du Gay (eds.), *Questions of Cultural Identity*. Londres: Sage, 1-17.
- Harris, Alice C. / Lyle Campbell (1995): *Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harris, Zellig (1951): *Methods in Structural Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kaplan, Alice / Kristin Ross (1987): "Introduction", *Yale French Studies* 73, Everyday Life, 1-4.
- Lightfoot, David (1979): *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lyons, John (1977): *Semantics* 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mateus, Osório (1988): *Índia*. Coleção Vicente. Lisboa: Quimera.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989): *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1993): *O Português Arcaico. Morfologia e Sintaxe*. São Paulo / Baía: Contexto / Editora da Universidade Federal da Bahia.

- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2000): "O tempo composto na fase final do período arcaico", *Atas do II Congresso Nacional da Abralin*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catalina (edição digital).
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2002): "A definição da oposição entre *ser/estar* em estruturas atributivas nos meados do séc. XVI", in Rosa Virgínia Mattos e Silva / Américo Venâncio Lopes Machado Filho (orgs.), *O Português Quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA, 105-117.
- Monteiro, Armando da Siva Saturnino (1995): *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 5. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Naro, Anthony J. (1976): "The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: A study in syntactic change as a surface phenomenon", *Language* 52, 779-811.
- Posner, Rebecca (1996): *The Romance Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pustet, Regina (2003): *Copulas: Universals in the Categorization of the Lexicon*. Oxford: Oxford University Press.
- Ribeiro, Ilza (2003): "A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter, haver e ser*", in Ian Roberts / Mary Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, S.P: Editora da Unicamp, 343-386.
- Roberts, Ian (2007): *Diachronic Syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- Roberts, Ian / Anna Roussou (2003): *Syntactic Change: A minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Roncaglia, Aurelio (1975): *Principi e Applicazioni di Critica Testuale*. Roma: Bulzoni Editore.
- Said Ali, Manuel (1931/1971): *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Silva Dias, Augusto Epiphanyo (1918/1933): *Syntaxe Historica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- TEI: *Text Encoding Initiative* (<http://www.tei-c.org/index.xml>).
- Van Dijk, Teun A. (1997): "The study of discourse", in Teun A. van Dijk (ed.), *Discourse as Structure and Process*. Londres: Sage, 1-34.
- Weatherston, Brian [2006]: "Vagueness as Indeterminacy". [Actas do Workshop Arché sobre Vagueza]. Oxford: Oxford University Press (no prelo).